

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

LEI Nº 742

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - COMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, cuja estrutura de funcionamento serão fixados no seu Regimento Interno, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

_ Único: O Presidente do COMAE será o Secretário Municipal de Educação, ou servidor municipal por ele designado.

Art. 2º: Constitui-se o COMAE de:

- I - seis representantes da Secretaria Municipal de Educação, além do Presidente;
- II - dois representantes dos professores;
- III - dois representantes dos pais e alunos; e
- IV - dois representantes dos trabalhadores rurais.

_ Único: Os representantes da Secretaria Municipal da Educação serão indicados pelo respectivo Secretário, após a aprovação do Chefe do Poder Executivo; os dos professores, por eles eleitos e os dos trabalhadores rurais, indicados pelas Comunidades Rurais Organizadas.

Art. 3º: O mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos.

Art. 4º: Cabe ao COMAE:

- I - elaborar seu Regimento Interno;
- II - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;
- III - manifestar-se sobre a aquisição de insumos da merenda escolar;
- IV - propor cardápios de merenda escolar; e
- V - outras atividades constantes do seu Regimento Interno.

Art. 5º: Na elaboração dos cardápios da merenda escolar serão respeitados os hábitos alimentares de cada localidade municipal, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos "in natura", visando a redução dos custos e a melhoria da qualidade e a diversificação alimentar dos alunos.

Art. 6º: Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Estado, a União, Município ou seus órgãos, objetivando a obtenção de recursos e de assistência técnica na área de pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na execução de programas relativos a aplicação de recursos destinados à merenda escolar.

Art. 7º: A despesa desta Lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 8º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 24 de março de 1997.

Mauro Jonck
PREFEITO MUNICIPAL